

Reação dos negócios abaixo do esperado obrigará a novos ajustes da economia

por Marília Stabile
de São Paulo

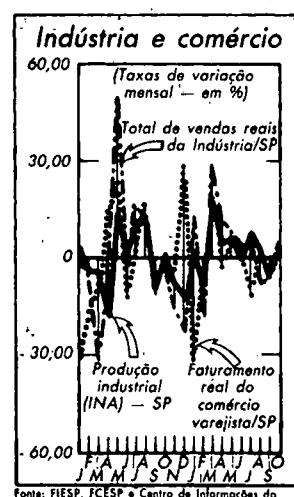
A estimativa do agravamento do processo recessivo no início do ano — ainda que seja difícil dimensionar sua intensidade — está tornando consensual a necessidade de se adotar a alternativa de um acordo político, não apenas para realizar uma travessia do primeiro trimestre de 1992 socialmente menos dolorosa, como também para dar forma e força a um plano de estabilização consistente.

O raciocínio não é novo mas recebeu impulso agora também entre executivos, ex-ministros consultores de grandes empresas e economistas que começaram a visualizar mais objetivamente os resultados de vendas e faturamento desse final de ano. Os últimos indicadores de dezembro revelaram uma reação dos negócios acima das expectativas, mas não o suficiente para reverter o sinal negativo da contabilidade em relação a 1990. Essa performance vai precipitar novos ajustes do nível de produção, que inclui no discurso de ganhos de produtividade o enxugamento de suas estruturas incluindo a dispensa de pessoal.

No varejo, a estratégia de operar com baixos estoques permanece como a fórmula ideal de "comprar menos juros e mais mercadoria". Estão reagindo a um mercado que registrou queda de vendas entre 10 e 15% do consumo de gêneros absolutamente básicos como arroz, feijão e óleo de soja, revela a estatística da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras). O setor vai fechar o ano com uma queda do faturamento de 15% em relação a 1990, contrariando os menos 10% anteriormente previstos.

"O ajuste do comércio veio antes, a indústria iniciou esse processo em novembro e é ainda uma incógnita saber qual será o nível desse ajuste", observou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, lembrando que as estatísticas estão defasadas. Mailson, cuja empresa de consultoria presta serviços a clientes do porte da Sadia, grupo Brasmotor e Carrefour (ver box), concorda que apesar de as vendas de dezembro terem "superado" as estimativas, ainda são "piores" que as de dezembro do ano passado. O economista da Universidade de São Paulo Antônio Lanzana tem uma certeza: "O nível de estoques do setor produtivo está muito baixo e o ajuste, para baixo, da produção virá mais forte em janeiro e fevereiro.

Acostumado a trabalhar



com indicadores da indústria paulista, Lanzana lembra também que o mercado não deve continuar absorvendo por muito mais tempo os constantes reajustes da indústria automobilística. A resposta a esse esgotamento deverá ser o agravamento do quadro de despesa de trabalhadores num setor particularmente importante de geração de postos de trabalho assim como de representação sindical. O economista não descarta ainda que esse movimento do setor produtivo — de encolhimento da produção em alguns segmentos, principalmente de bens duráveis — deva possibilizar a tentativa de recuperação de margens.

A elevação dos preços de alguns produtos já é esperada até mesmo pelo comércio que encontra sua justificativa nos aumentos de custos patrocinados pelos dissídios de final de ano, além dos aumentos reais de tarifas públicas e elevação da carga tributária. A racionalidade dos argumentos não desarma, contudo, a cautela na gerência dos negócios. A rede de hipermercados Eldorado, com oito lojas, prevê um primeiro semestre muito duro, "só vai passar bem quem empatar ou seja, não dá para errar na estratégia. É preciso estar enxuto em estoques e pessoal", analisa o diretor-superintendente dos hipermercados, José Roberto De Raphael. A empresa, cujo volume de vendas chegou a dobrar em dezembro em relação ao mês passado, superando a média histórica do setor de 40% reais acima de novembro, vai fechar o ano com um faturamento ainda ao redor de 8% abaixo do realizado em 1990, contabilizando algo ao redor de US\$ 600 milhões.

INFLAÇÃO

O cenário do início do ano não prevê, contudo, uma nova aceleração inflacionária, mas uma convivência incômoda e politicamente delicada com um índice de preços em janeiro

similar ao de dezembro (ao redor dos 23,5%) num quadro fortemente recessivo. Essa composição explosiva poderá acelerar o processo de entendimento, que passa principalmente pelo Congresso Nacional. "Caminhamos para um aprofundamento da crise, o que pode tornar inevitável um pacto via Congresso em torno de um plano econômico consistente, condição mínima para se resgatar a credibilidade." A análise é do principal executivo de uma das grandes redes de magazines do País, cuja formação de economista, exercida em uma empresa, adverte contra a idéia da adoção de uma política de rendas apoiada na prefixação.

"A precondição para uma ação nesse nível é a credibilidade em torno da política econômica e na crença de que a inflação está caindo; se for conquistada, não há por que adotar a medida", raciocina o economista. Ele complementa ainda que uma medida dessa ordem, politicamente compreensível — "o governador Fleury não vai ficar de costas para a recessão", ressalta —, poderá desestimular a produção. Ressalta o setor agrícola como um dos principais redutores do índice de inflação, no início do ano.

O ex-ministro Mailson concorda. Descarta um congelamento de preços no primeiro trimestre de 1992, reconhecendo, entretanto, que a ausência de uma base política de governo no Congresso coloca "restrições sérias para se alcan-

çar a estabilidade econômica".

Com a experiência das negociações em torno da prefixação tentada ainda na gestão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, Antônio Lanzana considera a prefixação "uma camisa-de-força", observando que a liberdade dos preços relativos é uma condição para o sucesso de uma política de estabilização. Lanzana prefere apostar em uma "reforma do papel do Estado e da política tributária para viabilizar a retomada do crescimento".